



# Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20  
25



# Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 **São Sebastião da Boa Vista**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A  
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Osvaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

**EXPEDIENTE**

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**  
Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**  
Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**  
Coordenação Técnica

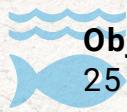
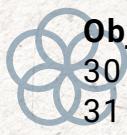
**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**  
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**  
Organização

# ÍNDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....</b>	<b>9</b>
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
<b>Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....</b>	<b>11</b>
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
<b>Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....</b>	<b>14</b>
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
<b>Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....</b>	<b>17</b>
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
<b>Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....</b>	<b>19</b>
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
<b>Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....</b>	<b>22</b>
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	<b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....</b>	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	<b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....</b>	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	<b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....</b>	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	<b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....</b>	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	<b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....</b>	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	<b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....</b>	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	<b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....</b>	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	<b>Objetivo 14 – Vida na Água.....</b>	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	<b>Objetivo 15 – Vida Terrestre.....</b>	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	<b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....</b>	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	<b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....</b>	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	<b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....</b>	50
	<b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....</b>	51

# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
<b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	13
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	15
<b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	16
<b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	18
<b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	19
<b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
<b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
<b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	24
<b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
<b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
<b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
<b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2018-2022) .....	31
<b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	32
<b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2022) .....	33
<b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	35
<b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	36
<b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	37
<b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	38
<b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	40
<b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	42
<b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	43
<b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
<b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	46
<b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023) .....	47
<b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2018-2022) .....	48
<b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
<b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2025) .....	50



# INTRODUÇÃO

**A**Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de São Sebastião da Boa Vista (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



## Evolução da Taxa de Pobreza

Em São Sebastião da Boa Vista, a taxa de pobreza manteve-se persistentemente elevada durante todo o período analisado. Em 2019, a taxa era de 81,6% e, apesar de uma leve redução em 2020 (81%), voltou a subir em 2021 (82,1%), atingindo o pico de 88,5% em 2022. Em 2023, houve uma queda para 84,9%, ainda assim acima dos níveis iniciais. Na Região de Integração (RI) Marajó, os valores oscilaram de forma moderada: 68,7% em 2019, 67,5% em 2020, 68,5% em 2021, 73,4% em 2022, e redução para 68,2% em 2023. Já no estado do Pará, os índices partiram

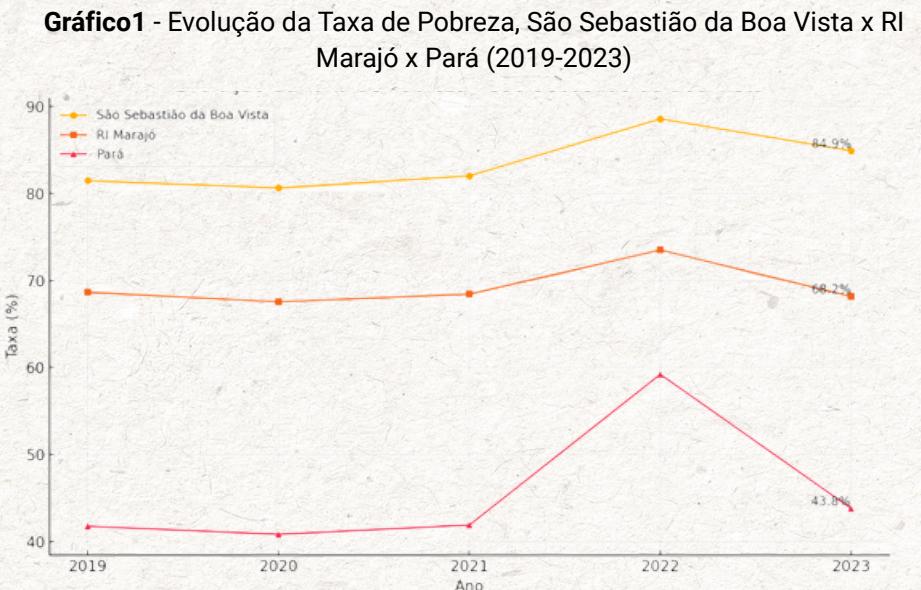
de 41,9% em 2019, atingiram o ponto mais alto em 2022 com 59,3%, e recuaram para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

A análise revela que São Sebastião da Boa Vista se manteve com os piores índices entre os três níveis territoriais, sempre acima de 80%. A elevação generalizada em 2022 pode refletir os efeitos tardios da pandemia, agravando a segurança socioeconômica, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Mesmo com a recuperação em 2023, o patamar da pobreza no município continua alarmante. A RI Marajó apresentou comportamento mais estável, com ele-





vações moderadas e reversão no último ano. Já o estado teve comportamento mais volátil, com recuperação mais clara em 2023. A discrepância entre os níveis evidencia desigualdades regionais marcantes, que exigem políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da pobreza em territórios mais afetados (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 84,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesas Públicas com Serviços essenciais

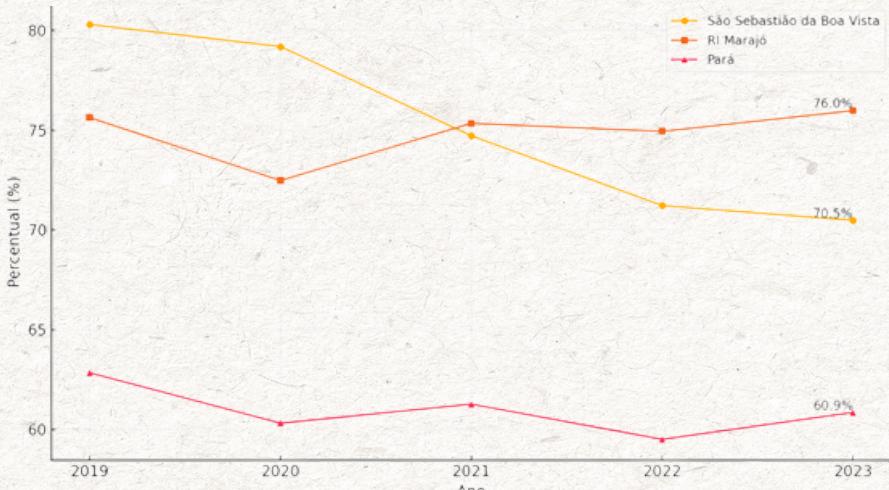
Em São Sebastião da Boa Vista, as despesas públicas com serviços essenciais diminuíram de forma contínua ao longo do período. Em 2019, o percentual era de 80,3%, seguido por 79,1% em 2020, e 74,8% em 2021. Em 2022, a redução se acentuou, chegando a 71,4%, e em 2023, fechou o ciclo com 70,5%. Na RI Marajó, os percentuais oscilaram positivamente: 75,6% em 2019, 72,6% em 2020, 75,3% em 2021, 75% em 2022, e leve crescimento para 76% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve um padrão mais estável, com 62,7% em 2019, 60,3% em 2020, 61,2% em 2021, 59,1% em 2022, e 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

A redução observada no município pode indicar dificuldades na manutenção do investi-

timento em áreas prioritárias, refletindo possíveis restrições orçamentárias ou mudanças nas prioridades administrativas. Por outro lado, a estabilidade e leve alta na RI Marajó demonstra um esforço mais consistente em manter os serviços básicos. O Pará, com níveis mais baixos, evidencia menor proporção de recursos destinados a esses serviços no total do orçamento estadual. A comparação reforça que São Sebastião, mesmo com queda, ainda se destaca por alocar mais do que a média estadual. Porém, a tendência decrescente em nível municipal acende um alerta para a necessidade de reverter essa trajetória, principalmente diante dos elevados índices de pobreza e vulnerabilidade social locais (Gráfico 2).



**Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: STN.

# ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.*



## Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer aumentou de forma significativa em São Sebastião da Boa Vista ao longo do período. Em 2019, o município registrava 9,9%, recuando para 9,2% em 2020, e subindo levemente para 9,3% em 2021. A partir daí, os índices cresceram de forma mais intensa: 10,2% em 2022 e 11% em 2023, maior valor da série. Na RI Marajó, a taxa partiu de 7,5% em 2019, atingindo 7,8% em 2020, depois 7,7% em 2021, crescendo para 8,8% em 2022, e fechando em 9% em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento contínuo: de 7,7% em 2019 para 9% em 2023

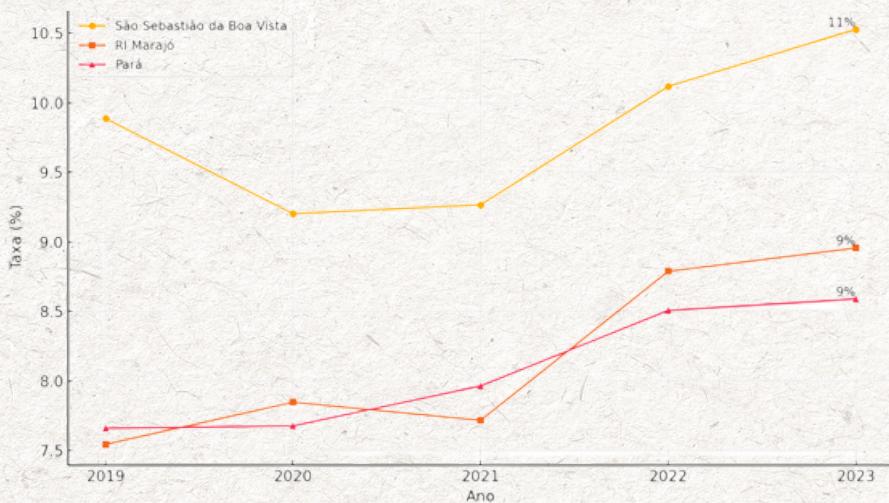
(Gráfico 3).

A evolução do indicador demonstra uma tendência preocupante, especialmente no município, cujos índices foram superiores ao da região e do estado durante todo o período. O aumento da prevalência de recém-nascidos com baixo peso pode estar ligado a fatores como desnutrição materna, falta de acesso a cuidados pré-natais e condições socioeconômicas precárias. O comportamento da RI Marajó e do Pará, embora menos grave, também é ascendente e preocupante. A convergência dos três níveis em 2023 evidencia a ampliação

do problema, indicando que medidas voltadas à saúde materno-infantil devem ser intensificadas em todos os níveis, especialmente nos territórios mais vulneráveis como São Sebastião da Boa Vista (Gráfico 3).



**Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



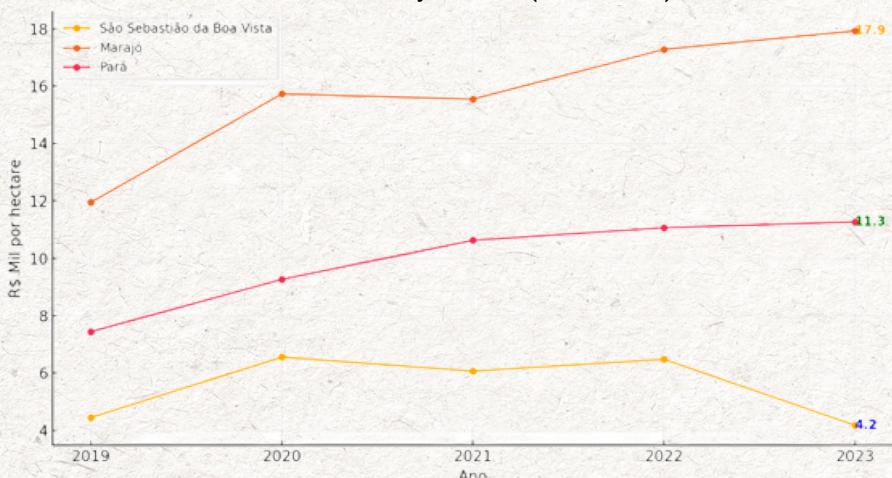
## Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em São Sebastião da Boa Vista, a produtividade agrícola apresentou forte oscilação entre 2019 e 2023. O valor inicial foi de R\$ 4,5 mil/hectare em 2019, subindo para R\$ 6,6 mil em 2020, uma alta de quase 50%. Em 2021, houve leve recuo para R\$ 6 mil, seguido de pequeno avanço em 2022 (R\$ 6,4 mil). No entanto, em 2023, o indicador caiu drasticamente para R\$ 4,2 mil/hectare, o menor valor da série histórica. Esse recuo pode estar ligado a fatores climáticos, queda na produtividade das culturas locais ou dificuldades logísticas. A série indica instabilidade produtiva no município, com tendência de perda de desempenho ao final do período (Gráfico 4).

Já a Região de Integração do Marajó registrou

crescimento constante, iniciando com R\$ 12 mil/hectare em 2019 e alcançando R\$ 17,9 mil em 2023. Os aumentos mais expressivos ocorreram entre 2019-2020 (para R\$ 15,8 mil) e entre 2021-2022 (de R\$ 15,6 mil para R\$ 17,4 mil). O estado do Pará também apresentou trajetória ascendente: R\$ 7,5 mil/hectare em 2019, subindo anualmente até atingir R\$ 11,3 mil em 2023. Comparando os três níveis, observa-se que São Sebastião ficou consistentemente abaixo da média estadual e regional. A diferença em 2023 foi acentuada, com o município apresentando produtividade 76,5% inferior à da RI Marajó. Isso evidencia a necessidade de investimentos em tecnologia agrícola e infraestrutura rural no município (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

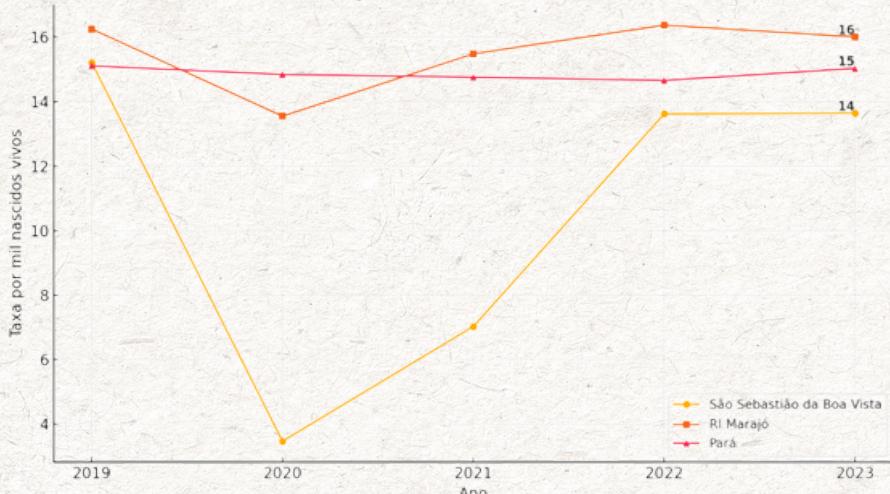
Em São Sebastião da Boa Vista, a taxa partiu de 15,2 em 2019, caiu bruscamente para 3,4 em 2020, subiu para 7,1 em 2021, e voltou a níveis mais altos em 2022 e 2023, com 13,6 e 14 respectivamente. A queda acentuada em 2020 pode indicar subnotificação ou falha no registro dos dados. A RI Marajó iniciou o período com 16,2, caiu para 13,6 em 2020, depois oscilou entre 15,6 (2021) e 16 (2023). Já o Pará mostrou estabilidade, com taxas de 15,3 em 2019, 14,8 em 2020, 14,9 em 2021, 14,7 em 2022 e 15 em 2023. O município manteve-se abaixo da média estadual e regional nos anos finais, apesar das oscilações (Gráfico 5).

A estabilidade da taxa estadual contrasta com as fortes variações do município, revelando fragilidade nos dados locais. A RI Marajó apresentou comportamento mais consistente, sempre com taxas acima de 13 por mil nascidos vivos. Em 2023, São Sebastião da Boa Vista ainda registrava uma taxa elevada, apenas um ponto abaixo da média estadual. Esses valores indicam que, mesmo com melhorias pontuais, a mortalidade infantil permanece como um desafio na região. A persistência de altos índices, especialmente na RI e no estado, reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes na atenção neonatal. No caso do município, além da assistência, é essencial garantir a qualidade e regularidade dos registros de saúde (Gráfico 5).





**Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

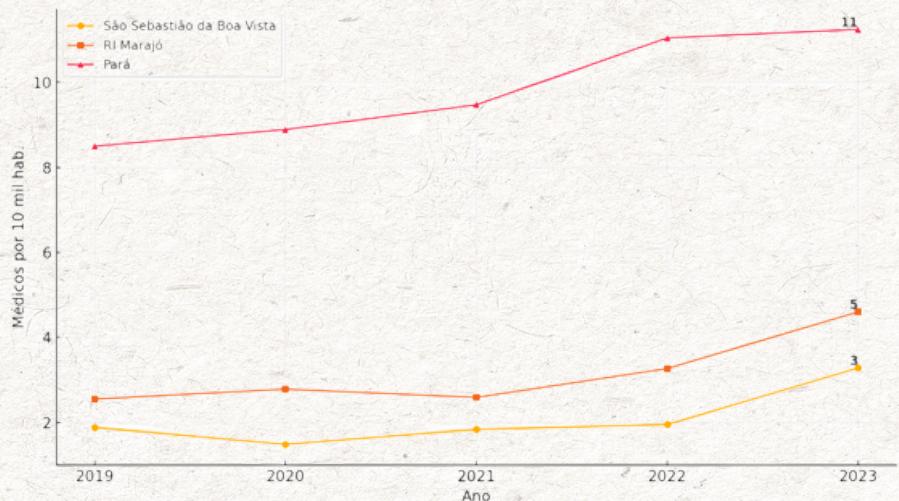
Em São Sebastião da Boa Vista, o número de médicos por 10 mil habitantes era de apenas 1,9 em 2019, caiu para 1,5 em 2020 e voltou a subir gradualmente até alcançar 3 em 2023. Na RI Marajó, o indicador variou de 2,6 (2019) a 5 (2023), com aumentos mais expressivos entre 2021 e 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo, de 8,5 médicos em 2019 para 11 em 2023, sendo o único dos três níveis com padrão de crescimento linear e expressivo. Apesar dos avanços, o município e a RI mantêm números significativamente inferiores à média estadual (Gráfico 6).

Essa discrepância evidencia a concentra-

ção de profissionais da saúde em regiões mais urbanizadas do estado. São Sebastião da Boa Vista melhorou seu índice em 1,5 médicos no período, mas ainda apresenta cobertura reduzida. A evolução na RI Marajó é positiva, mas insuficiente frente à demanda populacional e territorial. O baixo número de médicos compromete o atendimento básico e especializado nas regiões mais isoladas. A diferença de 8 médicos entre o estado e o município em 2023 é um indicador da desigualdade no acesso à saúde. Investimentos em fixação de profissionais e programas como o Mais Médicos são fundamentais para reverter esse cenário (Gráfico 6).



**Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

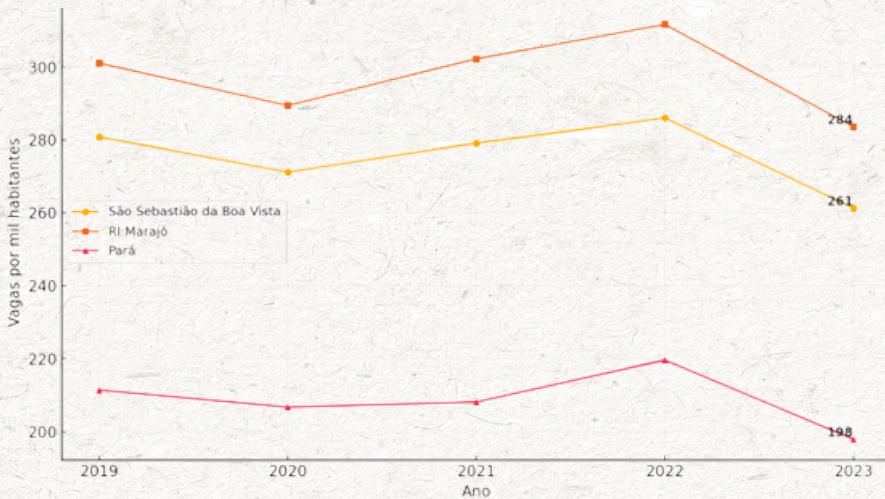
Em São Sebastião da Boa Vista, o número de vagas era de 280 por mil habitantes em 2019, caiu para 271 em 2020, subiu para 279 em 2021, alcançou 287 em 2022 e terminou em 261 em 2023. A RI Marajó teve desempenho semelhante: de 301 em 2019, caiu para 289 em 2020, depois cresceu para 312 em 2022 e recuou para 284 em 2023. No estado do Pará, a oferta foi menor: 211 em 2019, caiu para 205 em 2020, subiu para 219 em 2022 e caiu novamente para 198 em 2023. A média estadual foi inferior em todos os anos (Gráfico 7).

A análise mostra que tanto o município quanto a RI Marajó apresentaram melhores indicadores de oferta educacional em comparação com o estado. No entanto, ambos enfrentaram quedas importantes em 2023, o que pode indicar fechamento de turmas, evasão escolar ou mudanças demográficas. O Pará apresenta um cenário de redução contínua na oferta, o que pode comprometer o acesso à educação básica. Em São Sebastião, mesmo com valores relativamente altos, a perda de 26 vagas por mil hab. em um ano é preocupante (Gráfico 7).





**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 284 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

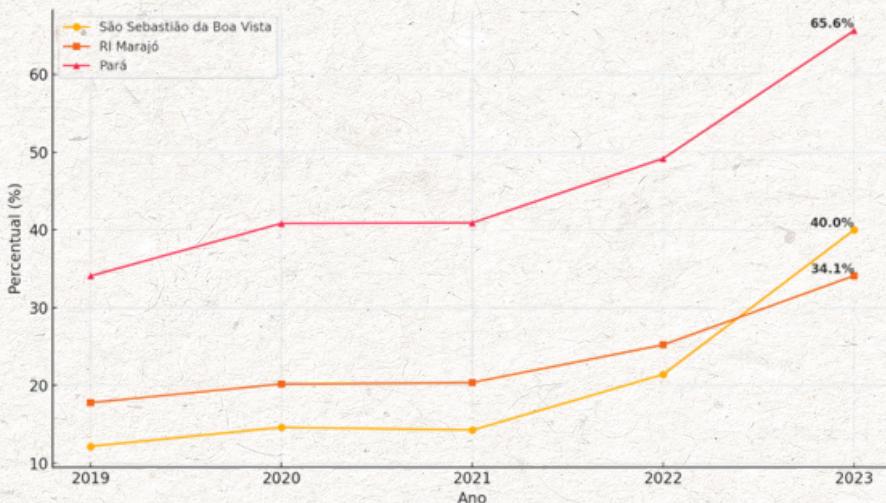
### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com internet em São Sebastião da Boa Vista era de 12% em 2019, subindo para 14,5% em 2020, mantendo-se estável em 2021, e aumentando para 21% em 2022 e 40% em 2023. Na RI Marajó, o índice partiu de 18%, passou para 20% em 2020 e 2021, subiu para 25% em 2022 e 34,1% em 2023. Já o Pará apresentou crescimento mais expressivo: 33,7% em 2019, chegando a 40,6% em 2020, 49,1% em 2022 e alcançando 65,6% em 2023. Todos os níveis mostraram tendência de crescimento (Gráfico 8).

Apesar do avanço, os dados revelam desigualdade significativa. Enquanto o estado conseguiu conectar dois terços das escolas até 2023, São Sebastião e a RI Marajó ainda apresentavam níveis abaixo da metade. O salto do município entre 2022 e 2023 foi significativo, mas partindo de uma base muito baixa. A conectividade escolar é um fator essencial para a qualidade da educação, principalmente após a pandemia. A distância digital compromete a formação dos estudantes e limita o uso de tecnologias pedagógicas (Gráfico 8).



**Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP.

# ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

## Violência Contra a Mulher por Parceiros

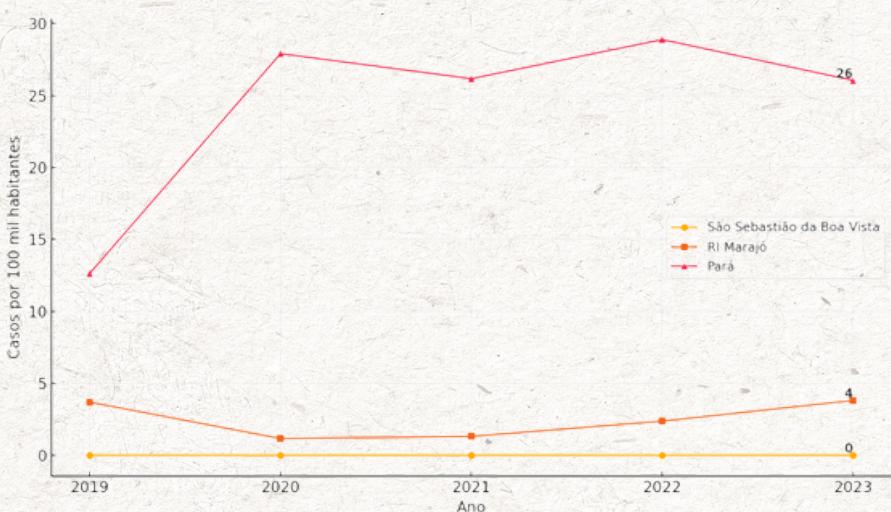


Em São Sebastião da Boa Vista, o índice de violência contra a mulher por parceiros permaneceu zerado durante todo o período de 2019 a 2023, o que levanta dúvidas sobre possível subnotificação. Já a RI Marajó apresentou valores baixos, mas crescentes: começou com 3,8 casos por 100 mil em 2019, caiu para 1,3 em 2020 e 2021, subiu para 2,3 em 2022 e atingiu 4 em 2023. O Pará apresentou os maiores valores, iniciando em 12,8 em 2019, com pico de 28 em 2020, oscilando entre 26 e 29 nos anos seguintes, e fechando em 26 casos por 100 mil habitantes em 2023 (Gráfico 9).



A diferença entre os níveis territoriais é marcante, com o estado mantendo índices significativamente mais altos que o município e a região. A estabilidade do valor nulo em São Sebastião da Boa Vista pode indicar ausência de registros formais, o que compromete o diagnóstico real do problema. A RI Marajó mostra crescimento que pode estar associado a maior notificação ou aumento efetivo da violência. A trajetória estadual sugere agravamento da violência de gênero entre 2019 e 2020, com leve recuo posterior. Os dados reforçam a necessidade de ampliar canais de denúncia e políticas de proteção à mulher, sobretudo em territórios com possível subnotificação como o município analisado (Gráfico 9).

**Gráfico 9** - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

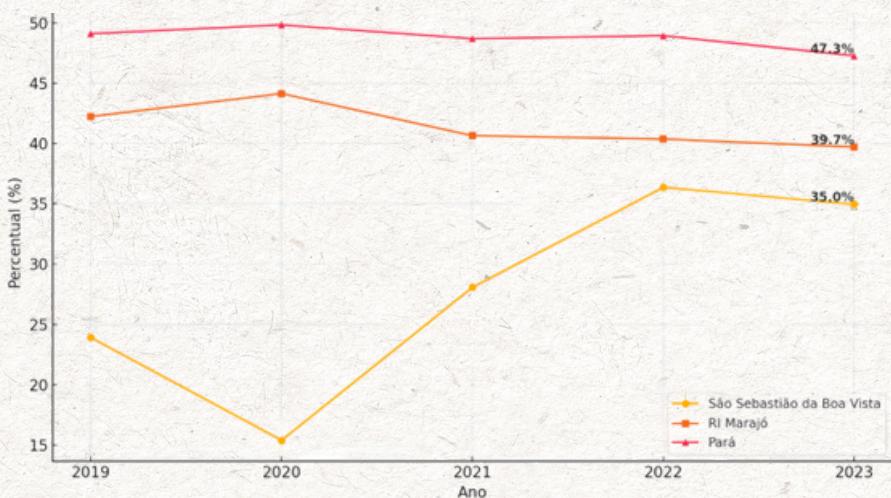
Em São Sebastião da Boa Vista, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres iniciou em 24,1% em 2019, mas caiu fortemente para 15,1% em 2020. A partir de então, houve recuperação: 28,3% em 2021, 36,4% em 2022, e leve queda para 35% em 2023. Na Região de Integração do Marajó, o indicador começou em 42,3% (2019), cresceu para 44,2% em 2020, mas caiu nos anos seguintes: 40,7% (2021), 40,3% (2022) e 39,7% em 2023. Já o estado do Pará manteve-se em patamar mais alto e estável: entre 48,9% (2019) e 47,3% (2023) (Gráfico 10).





O gráfico mostra que o município passou por grandes oscilações, mas conseguiu quase dobrar o percentual entre 2020 e 2022, sinalizando avanços em equidade de gênero na gestão local. A RI Marajó e o estado do Pará mantiveram participação feminina mais elevada desde o início, mas com tendência de leve queda. A distância entre o estado e o município caiu de 24 pontos percentuais (2020) para apenas 12 em 2023, o que representa um avanço. A estabilização da série em São Sebastião depende da manutenção de políticas de incentivo à liderança feminina. Apesar disso, a presença desigual nas instâncias decisórias ainda reflete barreiras estruturais que exigem enfrentamento contínuo em todos os níveis (Gráfico 10).

**Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

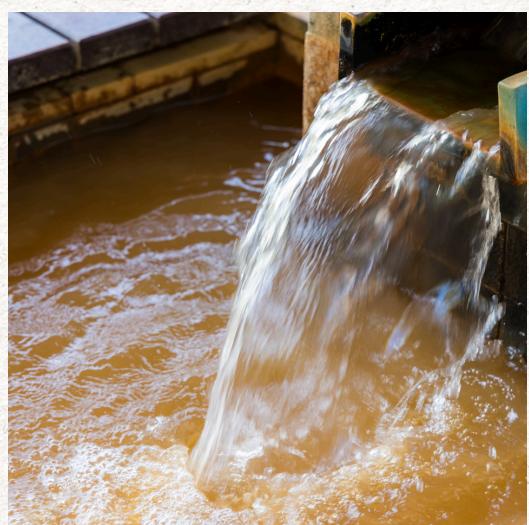
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

## Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

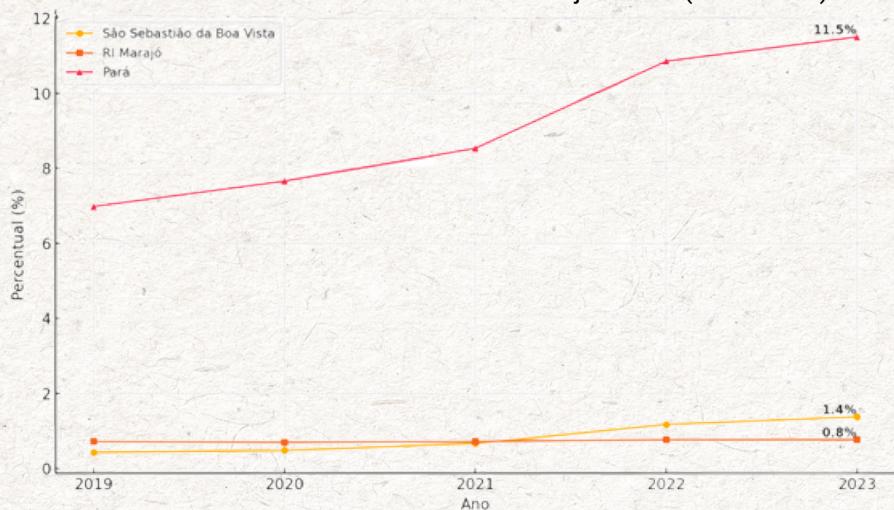
São Sebastião da Boa Vista iniciou 2019 com apenas 0,4% da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto. Esse valor permaneceu estável até 2020, subiu para 0,6% em 2021, 1,1% em 2022 e chegou a 1,4% em 2023. A RI Marajó manteve padrão praticamente estável: 0,7% em 2019, passando por 0,6% (2020-2021), e alcançando 0,8% em 2023. O estado do Pará apresentou melhoria contínua: de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com crescimento mais expressivo entre 2021 (8,5%) e 2022 (10,9%) (Gráfico 11).

Os dados mostram que, apesar do leve avanço municipal, o acesso ao saneamento básico entre a população de baixa renda em São Sebastião da Boa Vista continua extremamente limitado. A RI Marajó compartilha desse quadro de baixa cobertura. O Pará, embora apresente melhora progressiva, ainda exibe percentual reduzido em termos absolutos. A discrepância entre o estado e os níveis locais reforça desigualdades territoriais e o baixo alcance das políticas de saneamento em regiões periféricas. É urgente priorizar investimentos em infraestrutura sanitária, sobretudo para a população de baixa renda, como forma de reduzir doenças e promover dignidade urbana (Gráfico 11).





**Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em São Sebastião da Boa Vista, os gastos per capita com saneamento apresentaram oscilações bruscas ao longo do período. Em 2019 e 2020, o valor foi zero. Em 2021, houve uma alta pontual para R\$ 8 por habitante, seguido de nova ausência de gastos em 2022, e um novo R\$ 0 em 2023. Já a RI Marajó manteve valores modestos, mas mais consistentes: R\$ 11 em 2019, R\$ 15 em 2020, R\$ 8 em 2021, R\$ 6 em 2022 e R\$ 12 em 2023. O Estado do Pará, por sua vez, apresentou volume de investimento significativamente maior, iniciando em R\$ 80 (2019), chegando a R\$ 114 (2020), R\$ 96 (2021),

com pico em 2022 (R\$ 154) e encerrando com R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

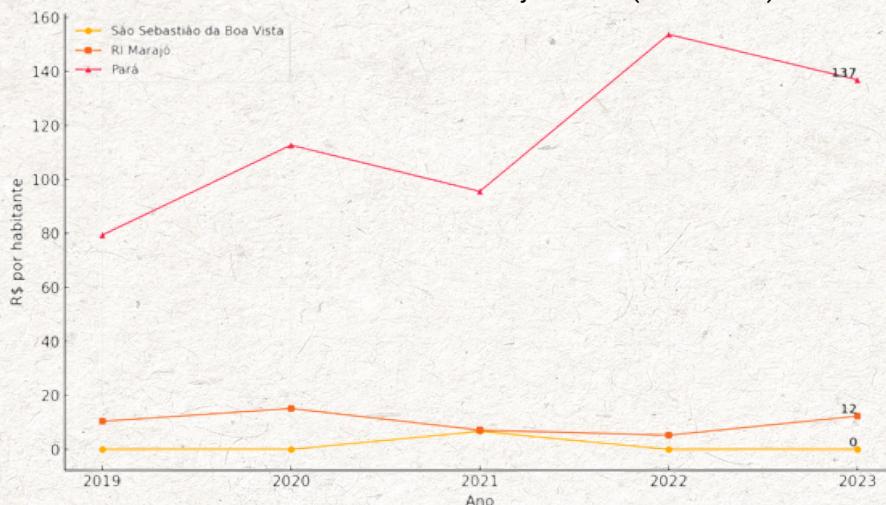
As variações em São Sebastião da Boa Vista evidenciam uma gestão instável dos recursos destinados ao saneamento, com períodos de total ausência de investimento intercalados por repasses pontuais. Esse padrão dificulta a execução de políticas estruturantes e sustentáveis na área. Em contraste, o estado demonstrou esforço crescente e contínuo, com valores que ultrapassam em mais de dez vezes os do município. A RI Marajó apresenta desempenho intermediário, com baixa alocação, mas ao menos algu-

ma regularidade. A discrepância reforça a urgência de fortalecimento do planejamento municipal para garantir acesso digno a serviços básicos de água e esgoto, especialmente em territórios de maior vulnerabilidade (Gráfico 12).





**Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0 / Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

# ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

*Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.*

## Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

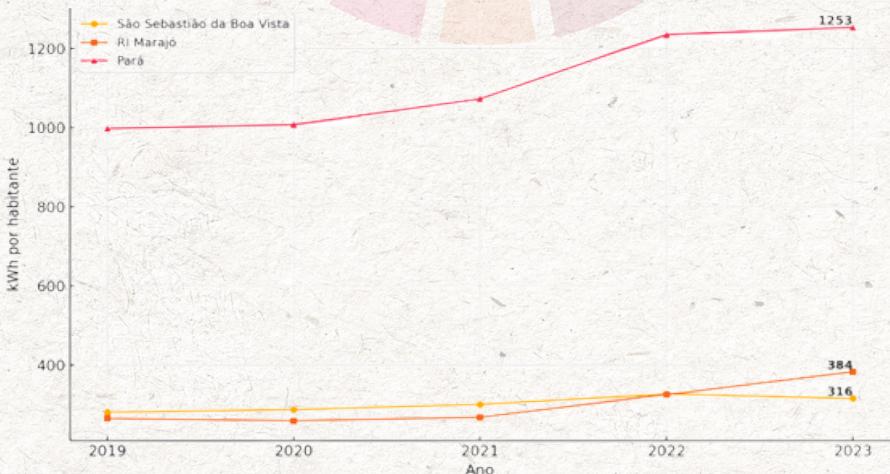


Em São Sebastião da Boa Vista, o consumo médio por habitante passou de 282 kWh em 2019 para 316 kWh em 2023, com crescimento gradual ao longo dos anos, exceto uma leve queda final em relação a 2022 (330 kWh). A RI Marajó manteve níveis semelhantes até 2021, mas superou o município a partir de 2022, saltando de 273 kWh para 384 kWh em 2023. Já o estado do Pará apresentou valores muito superiores: partiu de 1000 kWh em 2019 e atingiu 1253 kWh em 2023, com crescimento contínuo (Gráfico 13).



A disparidade entre o consumo do município e o do estado é significativa: em 2023, a diferença foi de mais de 930 kWh por habitante. Isso evidencia que parte expressiva da população em São Sebastião ainda tem acesso limitado ou precário à energia elétrica. A melhora na RI Marajó pode refletir políticas regionais de ampliação da rede elétrica ou expansão rural. Mesmo com avanço, o consumo ainda está muito abaixo da média estadual, revelando desigualdade energética. O indicador sugere a necessidade de fortalecer ações de eletrificação e modernização da infraestrutura em áreas remotas (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 316 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

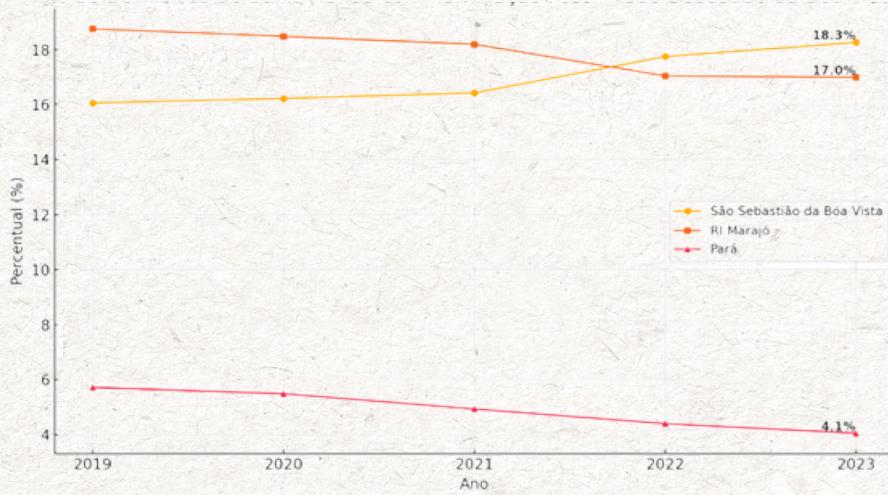
### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil em São Sebastião da Boa Vista subiu de 16% em 2019 para 18,3% em 2023, indicando piora nas condições de acesso à eletricidade. A RI Marajó, que em 2019 registrava 18,8%, reduziu para 17% em 2023, com leve melhora progressiva. O estado do Pará apresentou melhor desempenho, passando de 5,8% em 2019 para 4,1% em 2023, com redução contínua ano a ano. O município, portanto, foi na contramão da tendência estadual (Gráfico 14).



Essa realidade expõe uma contradição com o indicador de consumo per capita: ainda que haja aumento do consumo médio, as famílias mais pobres seguem utilizando fontes precárias de iluminação. A persistência de altos percentuais em São Sebastião e na RI Marajó sinaliza exclusão energética das populações mais vulneráveis. A diferença entre o estado e o município em 2023 ultrapassa 14 pontos percentuais. Isso revela a urgência de políticas focalizadas em eletrificação rural, subsídios tarifários e inclusão energética. Reduzir o uso de fontes fósseis é fundamental para garantir dignidade, segurança e saúde às famílias de baixa renda (Gráfico 14).

**Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

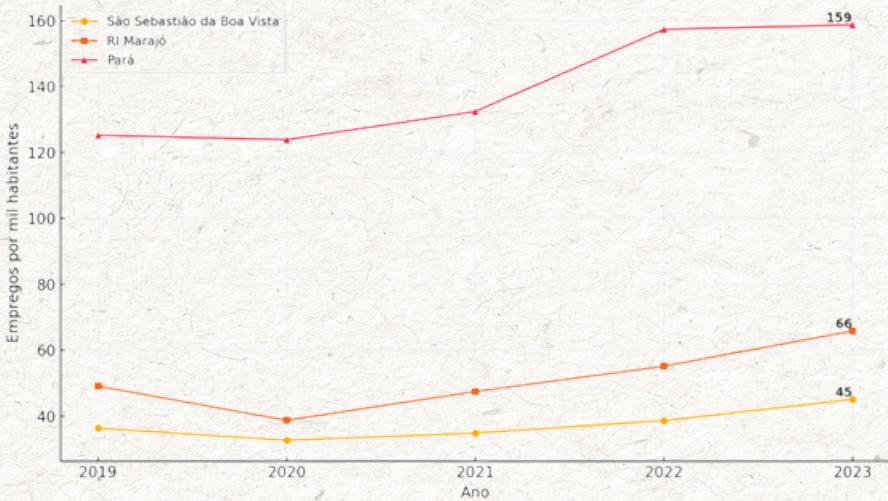


**Empregos Formais por Mil Habitantes**

Apesar da recuperação, o município manteve o menor índice entre os três recortes em todos os anos analisados. A diferença entre São Sebastião e o estado do Pará em 2023 foi de 114,4 empregos formais por mil habitantes. Isso revela que, embora haja melhora no nível local, a informalidade ainda predomina. A RI Marajó também segue com desempenho abaixo da média estadual, mas demonstrou avanços mais consistentes. Os dados sugerem que políticas de fomento à formalização e capacitação profissional precisam ser intensificadas em São Sebastião. A evolução positiva é um bom sinal, mas ainda distante do patamar estadual, o que sinaliza desigualdade no mercado de trabalho formal (Gráfico 15).



**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### PIB per capita

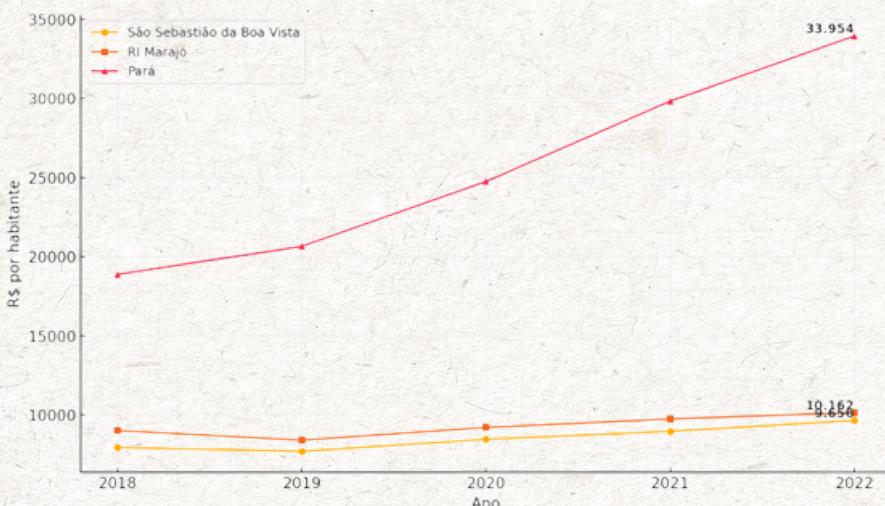
Em São Sebastião da Boa Vista, o PIB per capita iniciou em R\$ 8.038 em 2018, caiu para R\$ 7.655 em 2019, e a partir de então cresceu: R\$ 8.497 (2020), R\$ 9.069 (2021) e R\$ 9.656 (2022). Na RI Marajó, o indicador começou em R\$ 9.180 em 2018, caiu para R\$ 8.571 em 2019, e retomou crescimento nos anos seguintes: R\$ 9.265 (2020), R\$ 9.766 (2021) e R\$ 10.162 (2022). Já o Pará apresentou expansão vigorosa: de R\$ 18.936 em 2018, foi para R\$ 20.690 (2019), R\$ 24.771 (2020), R\$ 29.781 (2021) e atingiu R\$ 33.954 em 2022 (Gráfico 16).



A diferença entre o município e o estado cresceu significativamente, saltando de R\$ 10.898 em 2018 para R\$ 24.298 em 2022. Embora o município tenha mantido crescimento linear após 2019, o ritmo foi muito inferior ao estadual. Isso evidencia uma menor inserção da economia local em atividades de alto valor agregado. A RI Marajó, mesmo com desempenho melhor que o município, também ficou muito aquém da média paraense. O dado indica concentração da renda gerada em áreas industrializadas e mais integradas à economia global (Gráfico 16).



**Gráfico 16 - PIB per capita, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9.656/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



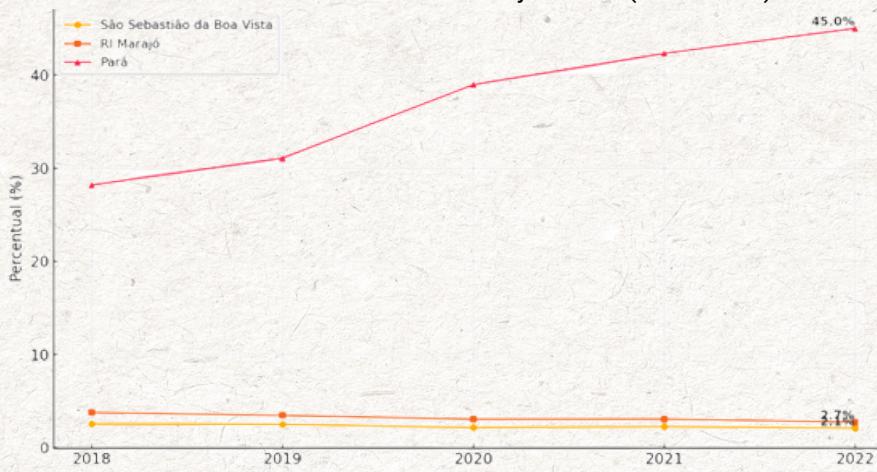
São Sebastião da Boa Vista manteve a participação da indústria no PIB praticamente estável ao longo dos anos: 2,3% (2018), 2,4% (2019), 2,3% (2020), 2,3% (2021) e 2,1% em 2022. Na RI Marajó, os percentuais foram ligeiramente maiores, mas também estáveis: 3,6% em 2018, 3,3% em 2019, 3% em 2020 e 2021, e 2,7% em 2022. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo na participação industrial: 28,3% em 2018, 31,2% em 2019, 38,7% em 2020, 42,5% em 2021, e 45% em 2022 (Gráfico 17).

Essa diferença estrutural mostra a desconexão dos territórios locais com o setor industrial. Em 2022, a participação da indústria no PIB estadual foi mais de 20 vezes maior que a registrada em São Sebastião da Boa Vista. Isso indica que a economia municipal ainda depende fortemente dos setores primários e de serviços de baixa complexidade. A ausência de base industrial local limita a geração de empregos qualificados e a elevação da renda. A RI Marajó, embora um pouco à frente do município, também sofre desse mesmo padrão. A expansão da indústria no estado provavelmente está concentrada em polos específicos (como mineração), o que não se reflete nos territórios periféricos (Gráfico 17).





**Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em São Sebastião da Boa Vista, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes oscilou entre 2019 e 2023, com leve crescimento. O indicador iniciou em 12,6 em 2019, caiu para 12,1 em 2020 e manteve-se estável em 2021 (12,1). A partir de 2022, voltou a crescer: 12,7 em 2022 e 14 em 2023. Na RI Marajó, o indicador começou em 9,1 em 2019, caiu para 7 em 2020, e



subiu consistentemente: 8,5 (2021), 10,9 (2022) e 13,1 em 2023. O estado do Pará liderou o índice em todos os anos, partindo de 16,7 em 2019 para 21,2 em 2023 (Gráfico 18).

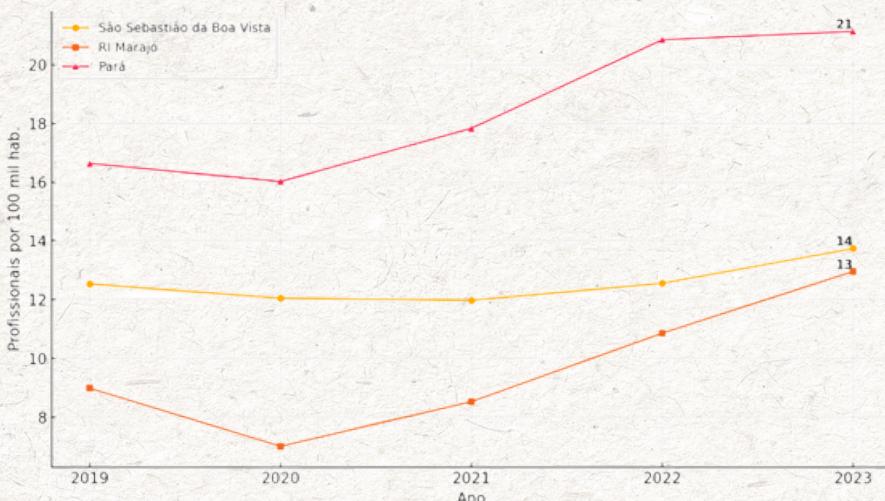
A evolução em São Sebastião da Boa Vista foi positiva, ainda que modesta. A maior aceleração ocorreu na RI Marajó, que reduziu sua distância em rela-

ção ao estado. Já o Pará apresentou crescimento consistente, indicando políticas mais amplas de valorização ou atração de profissionais científicos. A diferença entre o município e o estado, que era de 4,1 pontos em 2019, reduziu-se para 7,3 em 2023, com o estado crescendo mais rapidamente. Isso indica que, apesar do avanço local, ainda há significativa desigualdade no acesso ou formação desses profissionais. Políticas regionais específicas podem ser fundamentais para interiorizar a ciência e tecnologia (Gráfico 18).





**Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

---

## ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles*





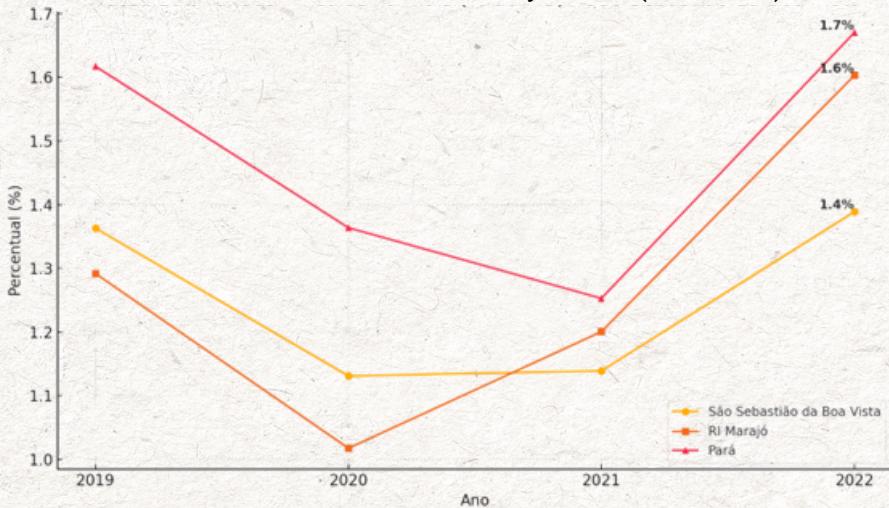
## Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em São Sebastião da Boa Vista, a massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB era de 1,36% em 2019. Em 2020, caiu para 1,14%, manteve-se praticamente estável em 2021 (1,15%), e subiu para 1,4% em 2022. A RI Marajó seguiu trajetória semelhante: 1,29% (2019), 1,01% (2020), 1,20% (2021) e forte recuperação para 1,60% em 2022. Já o estado do Pará apresentou os maiores percentuais: 1,61% (2019), 1,36% (2020), 1,25% (2021) e 1,69% em 2022 (Gráfico 19).

A queda em 2020 reflete impactos da pandemia sobre o emprego formal e os rendimen-

tos. A recuperação em 2022 foi mais significativa na RI Marajó e no estado, com destaque para a Marajó, que aumentou 0,4 ponto percentual em um ano. São Sebastião também se recuperou, mas permaneceu com índice inferior ao estadual e regional. Isso mostra que, proporcionalmente ao PIB, a remuneração dos vínculos formais tem menos peso na economia do município. O dado reforça a predominância de informalidade ou baixa remuneração, indicando necessidade de fortalecimento das relações de trabalho e valorização salarial local (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

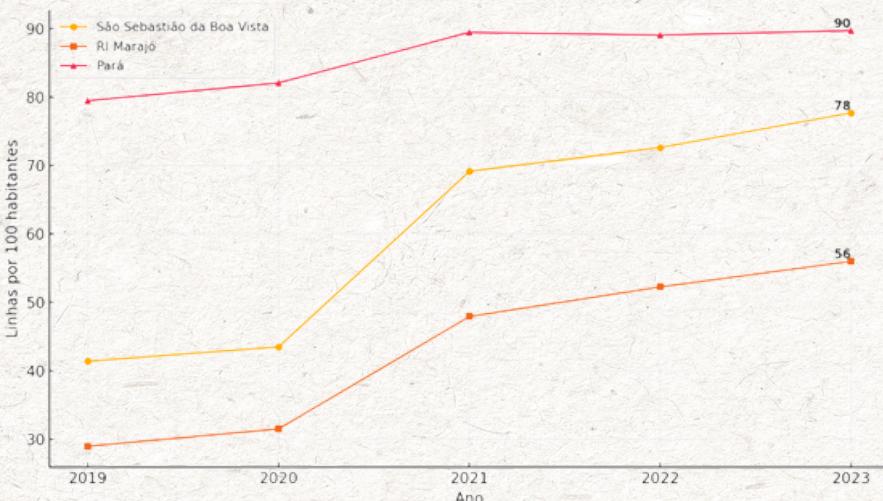
Em São Sebastião da Boa Vista, o acesso à telefonia móvel evoluiu de forma significativa: de 41,5 linhas por 100 habitantes em 2019 para 78,1 em 2023. O maior salto ocorreu entre 2020 e 2021, com aumento de 43,3 para 69,7. A RI Marajó também cresceu: de 28,6 em 2019 para 56,2 em 2023, com destaque para o período 2020–2021, quando passou de 31,7 para 47,8. Já o estado do Pará apresentou uma trajetória mais estável e em patamar mais elevado, passando de 79,7 em 2019 para 90 em 2023 (Gráfico 20).

O avanço no município foi expressivo, reduzindo a distância em relação ao estado de 38,2 para 11,9 pontos em cinco anos. Ainda assim, o nível estadual continua superior, indicando desigualdade residual de acesso. A RI Marajó teve a menor cobertura durante todo o período, mas também mostrou tendência positiva. A expansão observada pode estar ligada à maior inclusão digital e à ampliação da cobertura de operadoras. Apesar da melhora, ainda há espaço para crescimento, sobretudo para alcançar a média estadual. Políticas de conectividade são essenciais para consolidar esse avanço (Gráfico 20).





**Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em São Sebastião da Boa Vista, os gastos públicos com cultura e gestão ambiental foram de R\$ 66,1 em 2019, subindo para R\$ 76,8 (2020), R\$ 78,8 (2021), com forte alta em 2022 (R\$ 125,4) e recuo em 2023 para R\$ 107,1. A RI Marajó teve menor investimento: R\$ 28,5 (2019), R\$ 29,3 (2020), R\$ 26,2 (2021), subindo para R\$ 40,2 (2022) e R\$ 54,2 (2023). Já o estado do Pará investiu R\$ 40,3 (2019), R\$ 43,1 (2020), caindo para R\$ 37,6 (2021), com retomada posterior: R\$ 64,4 (2022) e R\$ 71 (2023) (Gráfico 21).

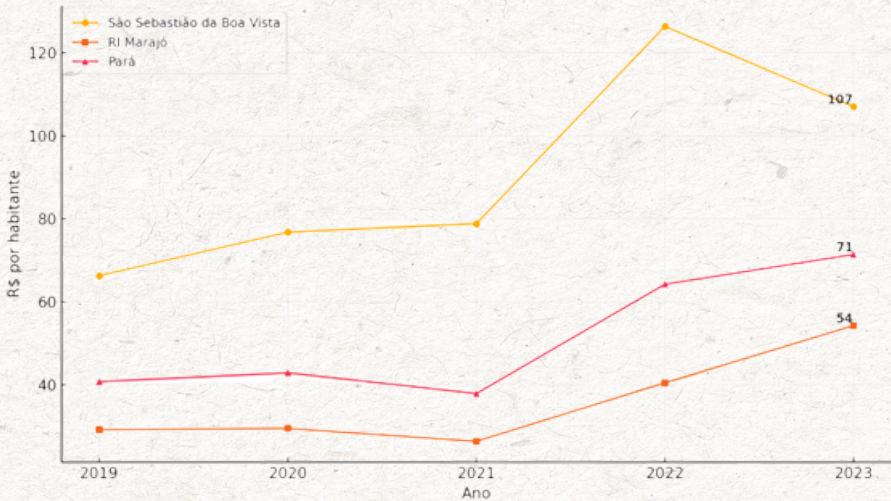
O município manteve os maiores valores em quase todos os anos, o que demonstra priori-

dade relativa nessas áreas, especialmente em 2022. O salto local pode estar vinculado a políticas pontuais ou projetos específicos. A RI Marajó teve os menores aportes, com recuperação apenas nos últimos dois anos. O estado oscilou, mas terminou o período com tendência crescente. O dado revela esforço local acima da média, mas também aponta fragilidade regional e estadual na alocação contínua para cultura e meio ambiente. Sustentar esse investimento é essencial para garantir inclusão cultural e sustentabilidade (Gráfico 21).



**Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 107 /hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

## ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*



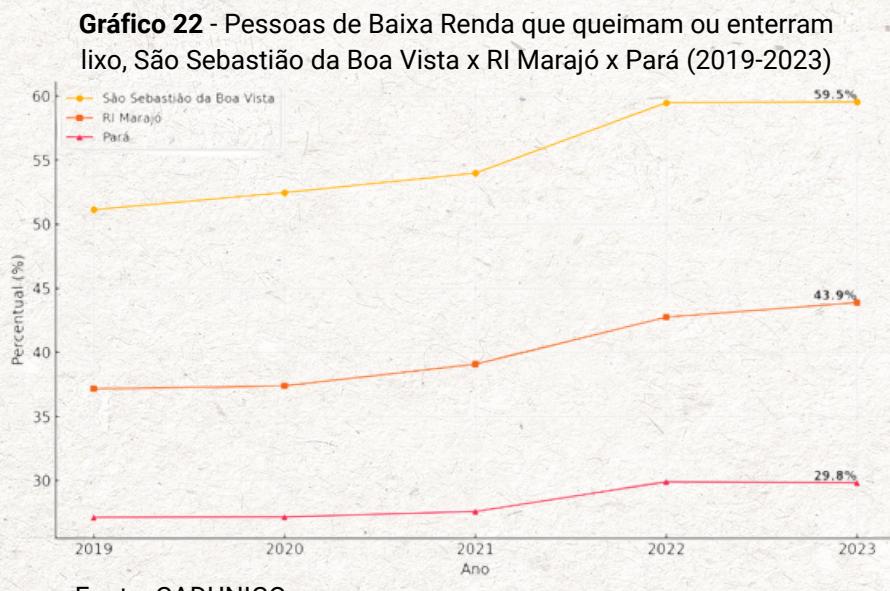


## Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

São Sebastião da Boa Vista iniciou 2019 com 51,2% da população de baixa renda utilizando práticas informais de descarte, como queima ou enterro de lixo. O índice cresceu para 52,5% (2020), 53,9% (2021), com salto para 59,4% (2022) e estabilidade em 2023 (59,5%). Na RI Marajó, os valores variaram de 37,3% (2019) a 43,9% (2023), enquanto o estado do Pará apresentou os menores percentuais: 27% (2019), subindo para 29,8% (2023). A evolução nos três níveis foi de alta, mas com intensidade distinta (Gráfico 22).

O crescimento mais acentuado ocorreu no

município, que passou a apresentar quase o dobro da média estadual. Isso indica ausência de coleta regular ou educação ambiental, especialmente nas comunidades de baixa renda. A RI Marajó apresentou padrão intermediário, mas também preocupante. Já o estado, apesar do aumento, manteve controle mais efetivo sobre a prática. A permanência dessas formas inadequadas de descarte agrava problemas de saúde pública e contaminação do solo. A ampliação de políticas de coleta seletiva e serviço universalizado é urgente (Gráfico 22).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



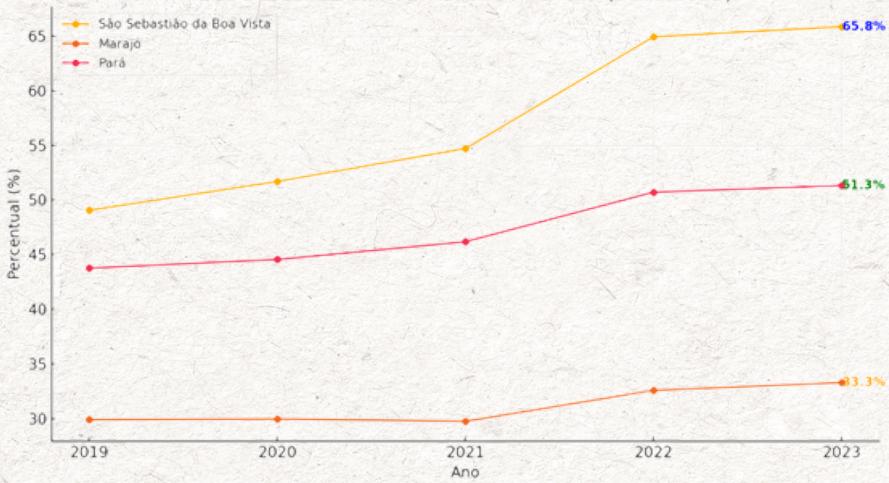
## População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em São Sebastião da Boa Vista, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar foi de 49,3% em 2019, subindo para 51,9% (2020), 54,7% (2021), com crescimento expressivo para 65,1% (2022) e chegando a 65,8% em 2023. A RI Marajó teve índices muito mais baixos: cerca de 30% de 2019 a 2021, subindo para 32,5% (2022) e 33,3% (2023). O estado do Pará partiu de 44% em 2019, atingindo 51,3% em 2023, com crescimento gradual (Gráfico 23).

A situação do município é alarmante, com aumento contínuo e valores superiores aos demais níveis em todos os anos. O uso de

fossas rudimentares reflete a precariedade dos sistemas de esgoto, afetando diretamente a saúde das famílias. Apesar de alguma estabilidade nos últimos dois anos, os dados revelam ausência de política estrutural de saneamento. A RI Marajó teve melhor desempenho, mas ainda insuficiente. O estado mostra cenário crítico, ainda que menos grave que o município. Investimentos em saneamento básico são essenciais para reduzir essa desigualdade e melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda (Gráfico 23).

**Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



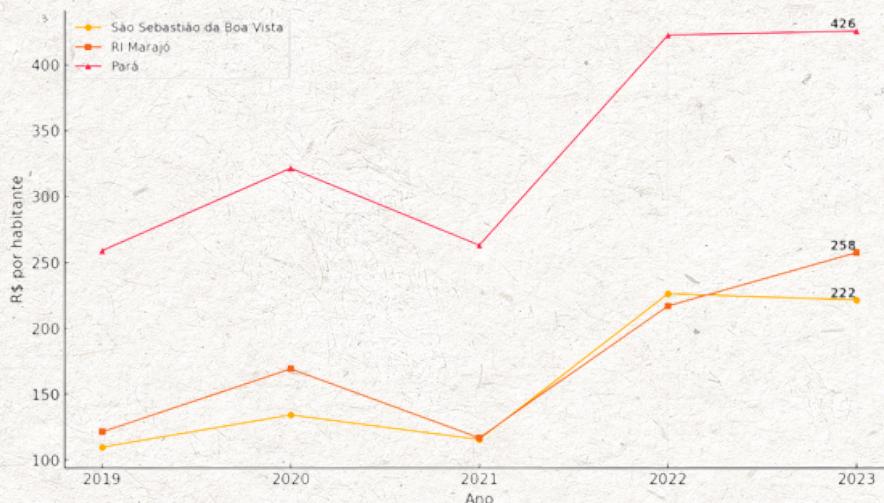
## Gastos per capita com prevenção de desastres

Em São Sebastião da Boa Vista, os gastos per capita com prevenção de desastres passaram de R\$ 112 em 2019 para R\$ 134 em 2020. Após leve redução para R\$ 117 em 2021, houve uma elevação expressiva para R\$ 227 em 2022, com pequena queda em 2023 (R\$ 222). A RI Marajó seguiu padrão semelhante: de R\$ 123 em 2019, subiu para R\$ 169 em 2020, caiu para R\$ 121 em 2021, e cresceu para R\$ 216 em 2022 e R\$ 258 em 2023. Já o estado do Pará manteve os maiores níveis: R\$ 258 em 2019, R\$ 322 (2020), oscilou para R\$ 263 (2021), disparando para R\$ 423 (2022) e R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



O padrão geral foi de crescimento nos três níveis a partir de 2021, provavelmente motivado por maior atenção a riscos climáticos e desastres naturais. Apesar de valores inferiores aos do estado, São Sebastião registrou alta de 98% entre 2021 e 2022. A RI Marajó apresentou o maior crescimento absoluto em 2023. Os dados indicam que os investimentos em prevenção ganharam protagonismo recente, mas ainda há disparidades consideráveis entre as regiões. O Pará manteve-se consistentemente na liderança dos aportes. A ampliação e manutenção desses recursos são fundamentais para mitigar riscos e proteger populações vulneráveis (Gráfico 24).

**Gráfico 24** - Gastos per capita com prevenção de desastres,  
São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 222/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

## Despesa per capita com preservação aquática

Em São Sebastião da Boa Vista, os valores foram elevados durante todo o período: R\$ 1.615 em 2019, R\$ 2.297 (2020), com queda para R\$ 1.881 (2021), R\$ 1.690 (2022), e expressiva elevação para R\$ 2.437 em 2023. A RI Marajó também mostrou variação significativa, indo de R\$ 757 (2019) para R\$ 1.114 (2020), depois caindo para R\$ 952 (2021), R\$ 820 (2022), e subindo para R\$ 1.160 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, teve os menores níveis: R\$ 194 (2019), R\$ 276 (2020), R\$ 243 (2021), R\$ 198 (2022), e R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

A liderança do município nesse indicador evidencia prioridade orçamentária na prote-

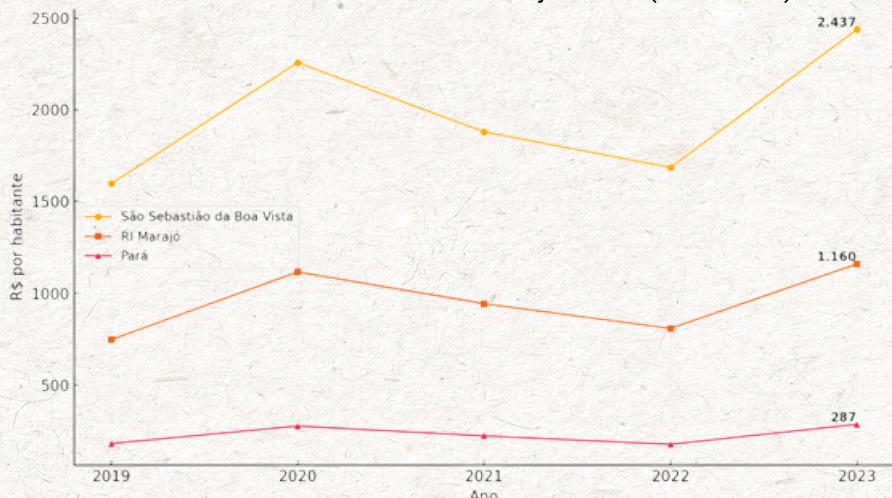
*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*



ção de recursos hídricos, algo compatível com sua localização amazônica e dependência de rios. O investimento per capita em 2023 foi quase nove vezes maior do que a média estadual. A RI Marajó apresentou padrão intermediário, mas ainda consideravelmente superior ao do Pará. O estado, por outro lado, manteve valores baixos e praticamente estáveis, o que pode indicar subfinanciamento ambiental. A variação positiva nos dois últimos anos é sinal promissor, mas a distância entre os níveis evidencia desigualdade no compromisso com a agenda ambiental hídrica (Gráfico 25).



**Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2.437/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

## ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

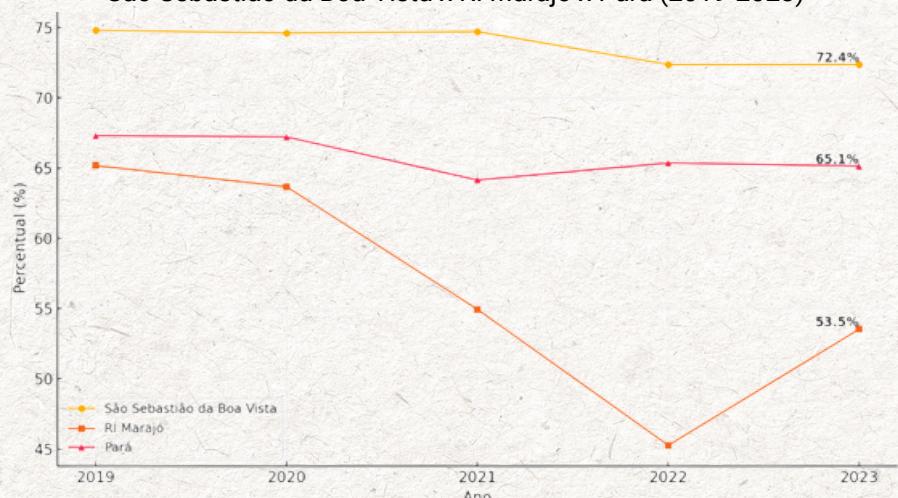
Em São Sebastião da Boa Vista, o percentual da área coberta por floresta foi relativamente estável, saindo de 74,9% em 2019, passando por 74,7% (2020), caindo para 72,7% (2022) e encerrando em 72,4% em 2023. A RI Marajó começou com 65% (2019), sofreu forte queda até atingir 45,1% em 2022, e se recuperou parcialmente para 53,5% em 2023. O estado do Pará teve leve oscilação: de 67,2% (2019) para 64,3% (2021), com discreta alta para 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

São Sebastião manteve-se como o território com maior cobertura florestal proporcio-

nal durante todo o período, apesar de leve retração. A queda expressiva na RI Marajó entre 2020 e 2022 é alarmante, indicando pressão intensa sobre os ecossistemas locais, embora o avanço em 2023 sinalize tentativa de reversão. O estado do Pará demonstrou relativa estabilidade, o que pode mascarar degradações localizadas. A tendência geral sugere que, mesmo com políticas de preservação, a perda de cobertura florestal ainda ocorre, exigindo ações estruturantes mais efetivas, especialmente em áreas mais críticas como a RI Marajó (Gráfico 26).



**Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

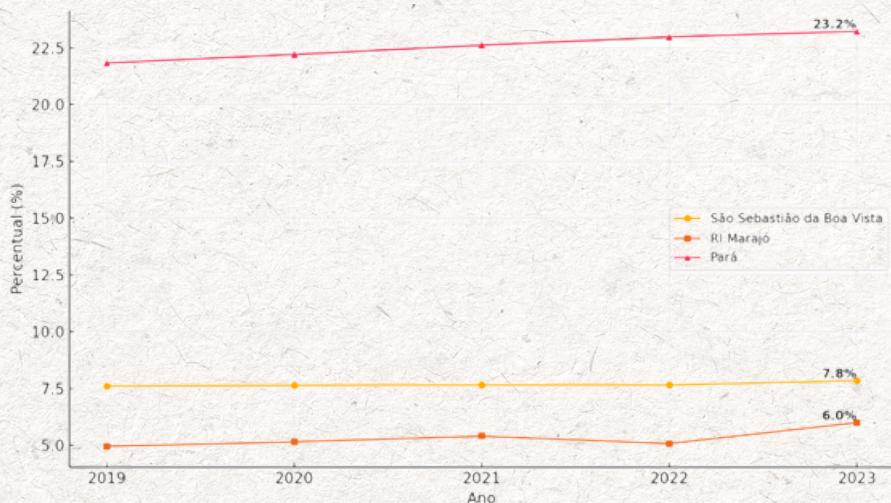
Em São Sebastião da Boa Vista, o percentual da área desmatada em relação ao total permaneceu estável entre 2019 e 2022, em torno de 7,5%, e subiu levemente para 7,8% em 2023. A RI Marajó teve um comportamento semelhante: de 4,9% em 2019, subiu para 5,1% (2020–2021), recuou para 4,9% (2022), e cresceu para 6,0% em 2023. Já o estado do Pará apresentou os maiores percentuais, iniciando em 21,9% (2019) e crescendo progressivamente até alcançar 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

O município apresentou o segundo menor nível, mas com uma trajetória que exige

atenção, sobretudo pela alta em 2023. A RI Marajó manteve o melhor desempenho relativo, embora a tendência de alta no último ano represente alerta. O estado do Pará segue como o território com maior área proporcionalmente desmatada, refletindo forte pressão antrópica. O aumento contínuo de desmatamento no estado contrasta com a necessidade de reduzir emissões e proteger a biodiversidade. Isso reforça a urgência de medidas de fiscalização, políticas de incentivo à conservação e fortalecimento de economias florestais sustentáveis (Gráfico 27).



**Gráfico 27** - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

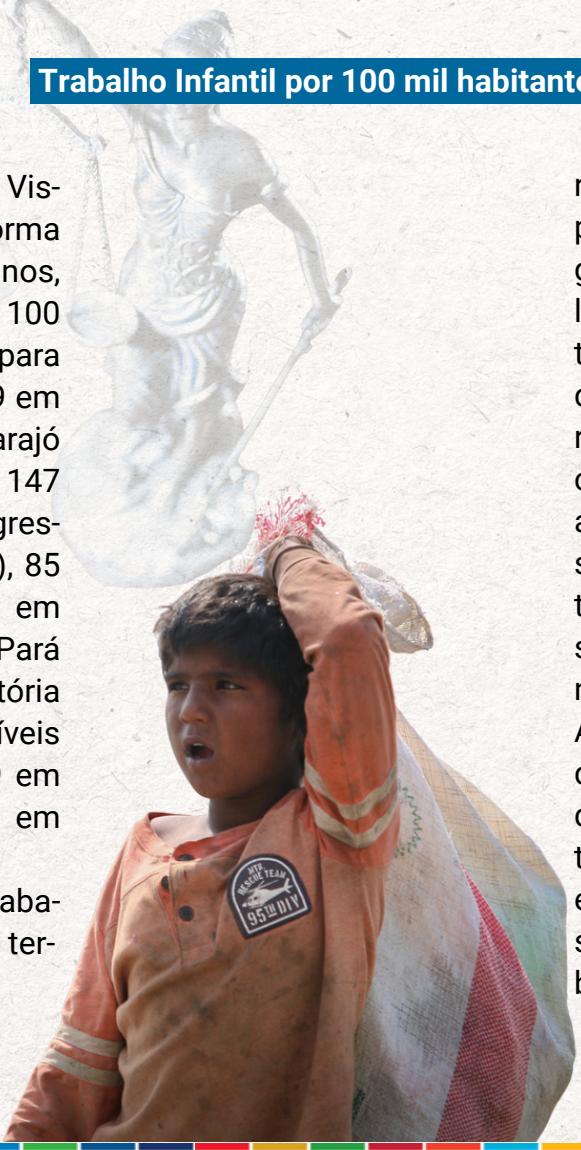
## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em São Sebastião da Boa Vista, o indicador caiu de forma consistente ao longo dos anos, partindo de 30 casos por 100 mil habitantes em 2019, para 16 em 2020, 12 em 2021, 9 em 2022 e 7 em 2023. A RI Marajó iniciou com alarmantes 147 casos, que recuaram progressivamente para 115 (2020), 85 (2021), 60 (2022) e 42 em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma trajetória semelhante, mas com níveis mais baixos, saindo de 39 em 2019 e chegando a 11 em 2023 (Gráfico 28).

A queda expressiva do trabalho infantil nas três esferas ter-

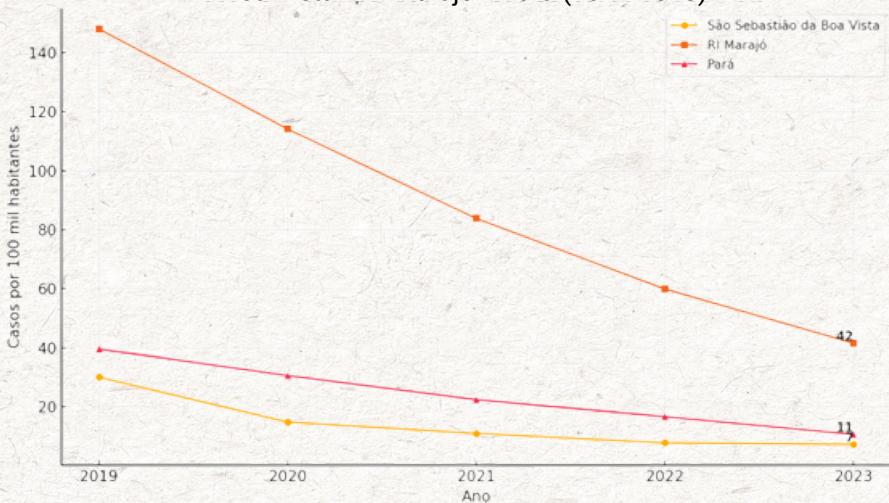
*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

ritoriais sugere a eficácia de políticas públicas e ações integradas de combate a essa violação de direitos. São Sebastião teve uma redução de mais de 76% no período, e a RI Marajó, de quase 72%, evidenciando avanços relevantes, ainda que os números na RI sigam altos. O Pará como um todo apresentou resultados positivos, encerrando com a menor taxa histórica em 2023. Apesar dos progressos, os dados reforçam a necessidade de manutenção de investimentos em educação, fiscalização e assistência social para consolidar a erradicação do trabalho infantil (Gráfico 28).





**Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

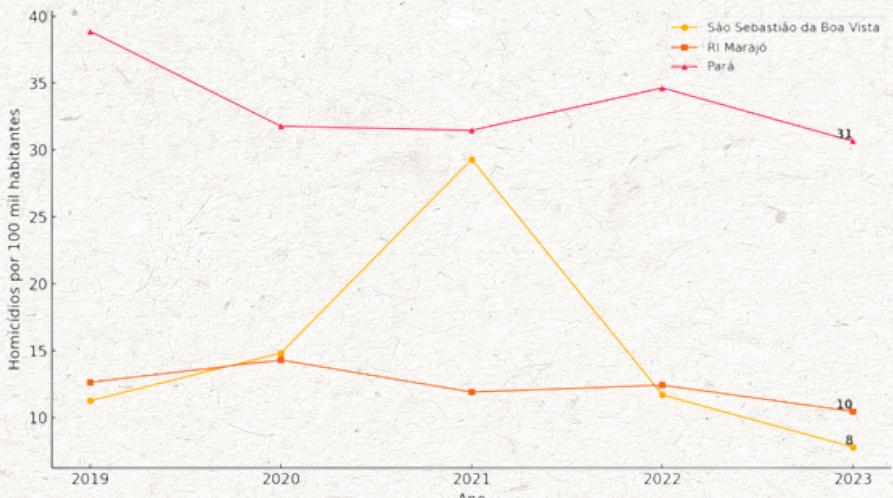
Em São Sebastião da Boa Vista, a taxa de homicídios mostrou oscilações: 11,3 em 2019, aumentando para 14,8 em 2020 e 29,3 em 2021, mas caiu para 11,7 em 2022 e retornando a 8 em 2023. A RI Marajó teve uma trajetória mais estável, com 12,6 (2019), 14,3 (2020), 11,9 (2021), 12,4 (2022) e queda mais acentuada para 10,5 em 2023. O estado do Pará registrou taxas superiores em todo o período: 38,9 em 2019, depois 31,8, 31,5, 34,6 e, finalmente, 30,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2023 (Gráfico 29).

A análise evidencia que, embora São Sebastião mantenha taxas inferiores às médias es-

tadual e regional, o município ainda sofre com flutuações preocupantes. A RI Marajó e o Pará demonstram uma tendência geral de redução da violência letal, com quedas contínuas ano após ano. O dado mais recente revela que a taxa estadual recuou cerca de 24,6% desde 2019, o que é positivo, mas ainda distante de níveis considerados baixos. As reduções sugerem a eficácia de políticas de segurança pública, mas a manutenção dessa tendência dependerá da continuidade de ações integradas de prevenção, repressão qualificada e inclusão social. (Gráfico 29).



**Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

# ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

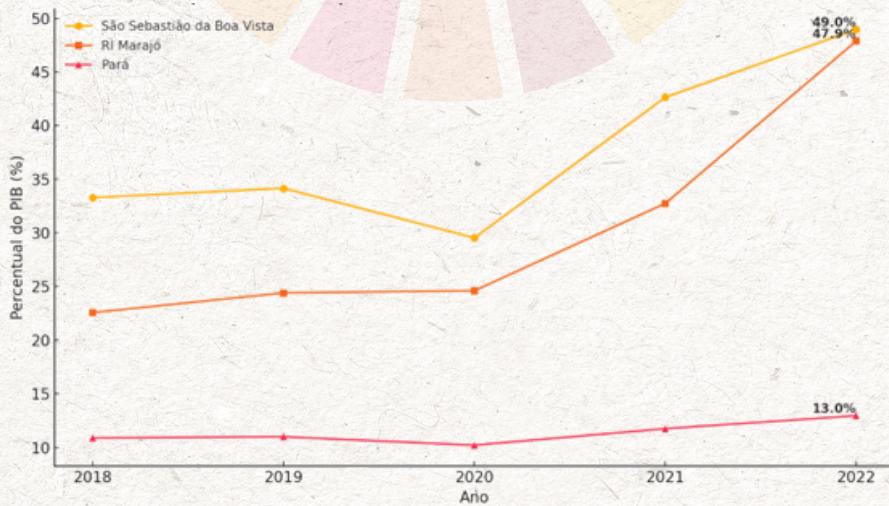




## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, São Sebastião da Boa Vista registrou crescimento expressivo nos gastos públicos em relação ao PIB municipal, iniciando em 33,4% em 2018 e atingindo 49,0% em 2022. Após ligeira queda para 29,4% em 2020, os valores aumentaram substancialmente em 2021 (42,7%) e 2022. A RI do Marajó acompanhou tendência semelhante, variando de 22,6% (2018) para 47,9% (2022), com forte elevação entre 2021 (32,7%) e 2022. Já o estado do Pará apresentou estabilidade entre 2018 e 2020, com valores entre 10,7% e 10,0%, crescendo progressivamente até 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

**Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2018-2022)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

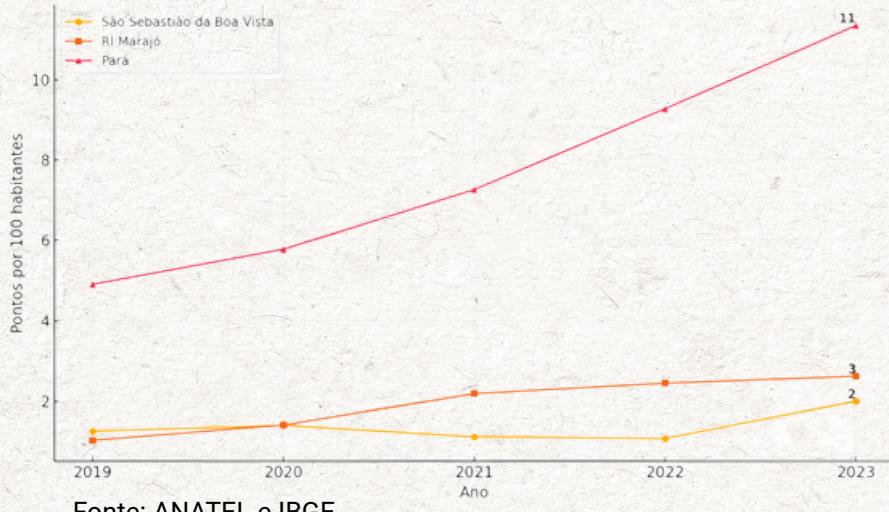


### Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

No período de 2019 a 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em São Sebastião da Boa Vista cresceu de 1,2 para 2 pontos por 100 habitantes. O município apresentou leve oscilação até 2022, quando registrou apenas 1,1 ponto, mas fechou 2023 com uma expansão de 81%. A Região de Integração do Marajó teve desempenho superior, iniciando com 1,0 ponto em 2019 e alcançando 3 pontos em 2023, com avanço contínuo ao longo dos anos. Já o estado do Pará mostrou expansão expressiva: partiu de 5 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançou 11 pontos em 2023, com crescimento notável a partir de 2021 (Gráfico 31).

Essa tendência reflete maior investimento em infraestrutura digital no estado, mas evidencia disparidades no acesso entre o nível estadual e regiões isoladas. A RI do Marajó, embora tenha progredido mais que o município, ainda mantém patamar baixo. Em São Sebastião, o avanço só se consolidou mais recentemente, sugerindo limitações logísticas ou orçamentárias. O contraste com o Pará, cujo crescimento foi mais robusto e constante, reforça a desigualdade no acesso digital, um fator crucial para inclusão educacional, social e econômica. O dado destaca a necessidade de políticas públicas mais direcionadas para interiorização da conectividade (Gráfico 31).

**Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: ANATEL e IBGE.

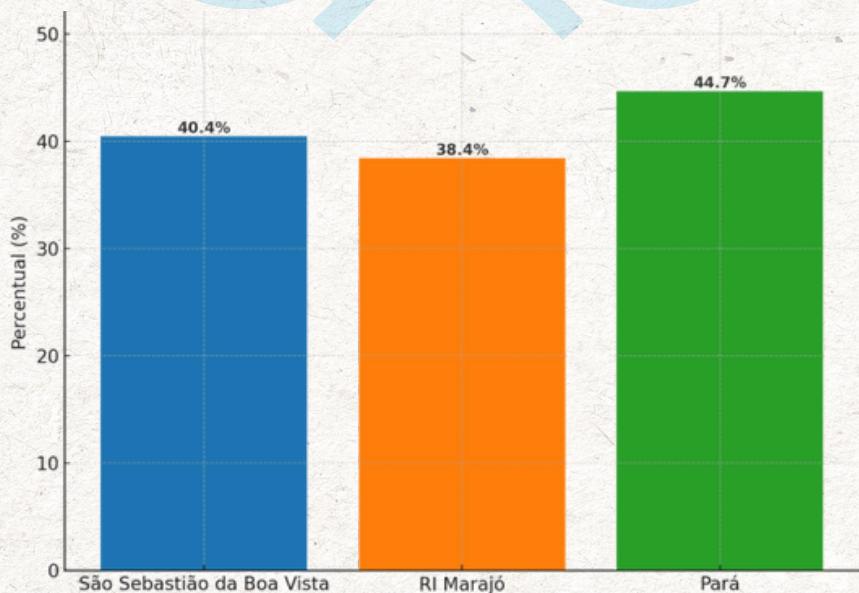
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **São Sebastião da Boa Vista** registrou um IDS de **40,4%** (gráfico 32).

**Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Sebastião da Boa Vista x RI Marajó x Pará (2025)**



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



## Anexo I

# Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo**



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

**Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS**



Fonte: Seplad, 2023.

## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

**Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027**



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de São Sebastião da Boa Vista na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em São Sebastião da Boa Vista e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

